

# Partidos definem bloco de propostas para alterar a atual Constituição

Tadashi Nakagomi-19.Nov.86



Fernando Henrique Cardoso

deputados Maurílio Ferreira Lima, Antônio Britto, Miro Teixeira e Octávio Elísio tinham marcada uma reunião com o líder da maioria na Câmara, Carlos Sant'Anna. Um outro grupo, liderado por Ibsen e Egídio Ferreira Lima participaria de um churrasco oferecido por Pimenta da Veiga, que deixou ontem a liderança do partido. Sant'Anna evitou falar sobre as negociações. Quando passou rapidamente pelo plenário do Congresso constituinte, na tarde de ontem, só declarou que começaria a ter reuniões a partir de hoje de manhã.

Ainda segundo a Folha apurou, havia outros obstáculos para o entendimento. O maior é a bancada do PFL, que se recusa a qualquer entendimento. A prova está no substitutivo ao projeto de regimento interno que o partido apresentou ontem às pressas. Um dos seus itens proíbe que o Congresso constituinte discuta qualquer coisa que não seja a elaboração da nova Constituição. O substitutivo é assinado, entre outros, pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Entre as lideranças mais importantes do PMDB já surge uma acusação contra os pefelistas: são mais radicais do que a esquerda e a direita. Afinal, o PDS já aceita a solução das "recomendações" do Congresso constituinte. O PT admite deixar de lado exigências como a de processos contra os acusados de "terrorismo de Estado" e a revogação da Lei de Imprensa. O partido só não decidiu ainda se aceita a idéia das "recomendações".

Todos os partidos representados no Congresso constituinte, com exceção do PFL, chegaram a um consenso sobre a necessidade de realizar modificações imediatas na atual Constituição. Os partidos entraram em acordo sobre os seguintes pontos: as medidas de emergência e o estado de emergência devem ser revogados (ficando apenas o estado de sítio); as prerrogativas parlamentares devem ser fortalecidas (como fim do direito de o procurador-geral da República propor a suspensão de mandatos com base na Lei de Segurança Nacional); e os decretos-leis não votados, vencido o decurso de prazo (sessenta dias), devem ser considerados rejeitados e não mais aprovados. Existe, entretanto, uma divergência sobre a soberania do Congresso constituinte para realizar estas modificações.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), propôs que as mudanças fossem aprovadas pelo Congresso Nacional. Os dissidentes do PMDB, liderados por Maurílio Ferreira Lima (PE), Egídio Ferreira Lima (PE) e Antônio Britto (RS), e o PT querem que o Congresso constituinte votasse uma "recomendação" para a efetuação das modificações. Caberia então ao Congresso Nacional aprová-las em sessão extraordinária.

O PDS, inicialmente contrário às mudanças na atual Carta, reuniu ontem sua bancada e aprovou, por 33 votos contra três, a posição de que alterações devem ser feitas pelo Congresso Nacional. À tarde, o presidente do partido e seu líder no Senado, Jarbas Passarinho (PA), disse que o PDS pode aceitar uma

proposta de consenso que surja das negociações. Passarinho concorda com as modificações do sistema de aprovação dos decretos-leis, o fim das medidas de emergência e do estado de emergência e o fortalecimento das prerrogativas.

Segundo a Folha apurou, Fernando Henrique Cardoso espera que o consenso surja até terça-feira, quando deverá apresentar o seu parecer sobre as mais de mil emendas encaminhadas até as 18h30 de ontem ao projeto de regimento interno, do qual é relator. O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), disse ontem que se não houver consenso até terça o partido vai pedir uma sessão extraordinária do Congresso constituinte para discutir a questão.

O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) afirmou ontem no plenário que os membros de seu grupo iriam se dividir em várias conversas. Os